



Relatório e Contas 2006

Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.



Relatório e Contas 2006

Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

Índice

5	Dados sobre a Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.
7	Composição dos Órgãos Sociais
9	Relatório do Conselho de Administração
27	Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.
28	Balanço e Demonstração de Resultados
35	Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados
43	Certificação Legal das Contas
45	Fundo de Pensões do Banco de Portugal
46	Situação Patrimonial e Demonstração de Rendimentos e Despesas
49	Notas à Situação Patrimonial e Demonstração de Rendimentos e Despesas
63	Certificação das Contas
65	Avaliação Actuarial

Dados sobre a Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

A Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi constituída em 3 de Junho de 1988, tendo por objecto a gestão e a representação do Fundo de Pensões do Banco de Portugal.

O capital social da Sociedade é de 1.000.000 de euros.

São seus accionistas:

- O Banco de Portugal com uma participação que, a 31 de Dezembro de 2006, correspondia a 97,8% de capital; e
- Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões do Banco de Portugal.

A sua Sede situa-se na Rua do Comércio, nº 148, em Lisboa.

Os seus serviços situam-se na Av. da República, nº 57-7º, em Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2006:

- o Activo Líquido da Sociedade ascendia a 2.235 milhares de euros;
- o Capital Próprio da Sociedade ascendia a 2.011 milhares de euros;
- o valor do Fundo de Pensões fixou-se em 1.208.550 milhares de euros; e
- o total de Responsabilidades correspondia a 1.226.239 milhares de euros.

Composição dos Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

— Presidente	Armando da Silva Couto
— Secretário	Hernâni Fontoura Pires

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

— Presidente	António Manuel Martins Pereira Marta
— Administrador	Manuel Ramos de Sousa Sebastião
— Administradora Delegada	Helena Maria de Almeida Martins Adegas
— Fiscal Único	Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
— Suplente do Fiscal Único	Rui Abel Serra Martins, R.O.C.

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Em conformidade com as normas legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas e demais documentos relativos ao exercício de 2006.

1.

ACTIVIDADE PROSEGUIDA

1.1. Actividade desenvolvida

Ao longo do ano 2006, a actividade da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A. continuou a privilegiar o desenvolvimento das estruturas internas, em detrimento do recurso à subcontratação de serviços externos.

Assume relevância a contratação de um novo serviço de custódia de títulos, apoiado em soluções tecnológicas muito avançadas, que irá permitir uma diminuição significativa dos encargos associados, designadamente, pela redução que proporciona de serviços subcontratados.

Em matéria de sistemas e tecnologias de informação destaca-se a continuidade de modernização da plataforma tecnológica de suporte à actividade, com especial ênfase na utilização de plataformas electrónicas em substituição das vias tradicionais, o reforço da infra-estrutura de segurança em torno dessas soluções, bem como a implementação de sistemas alternativos com o objectivo de manutenção da operacionalidade das soluções e da continuidade do negócio. Após a entrada em funcionamento das aplicações informáticas que suportam a actividade financeira e de gestão, foi possível desenvolver internamente novos projectos estruturantes para o funcionamento quer do Fundo de Pensões quer da Sociedade Gestora.

No domínio da cooperação com os PALOP prosseguiram os trabalhos de apoio ao desenvolvimento das estruturas de gestão dos Fundos de Pensões de Bancos Centrais, quer no domínio da elaboração de estudos de avaliação actuarial quer prestando formação aos colaboradores das respectivas sociedades gestoras.

1.2. Recursos humanos

Durante o ano de 2006, a Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A. teve ao seu serviço, em média, 36 colaboradores, dos quais 61% são do sexo feminino.

A política de formação tem incentivado a elevada qualificação dos colaboradores, através do apoio à frequência de cursos de pós-graduação e de mestrado. Como reflexo desta estratégia, de longo prazo, 69% dos colaboradores possuem formação superior.

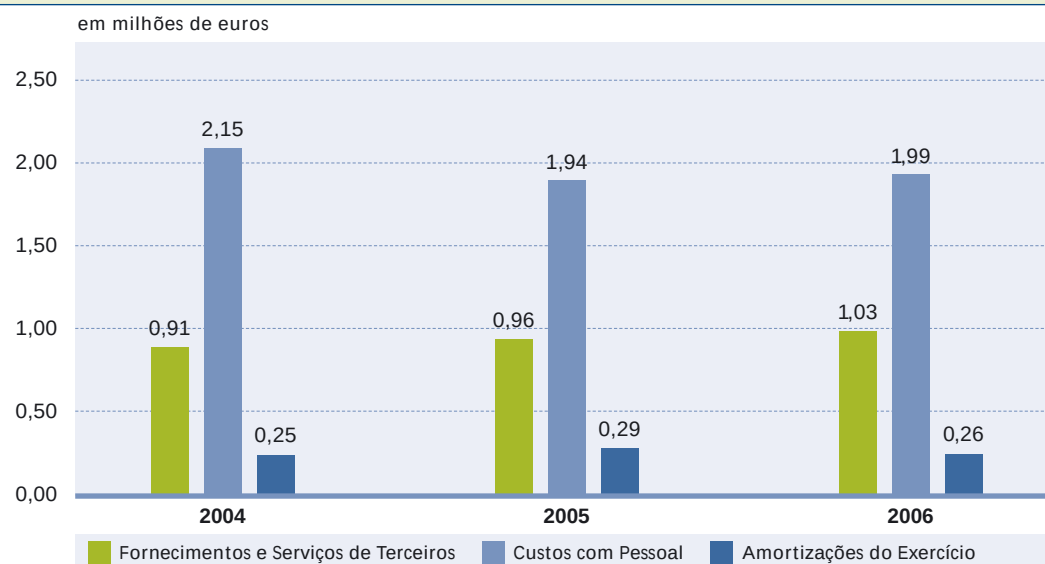
1.3. Análise do Balanço e Demonstração de Resultados

Os capitais próprios da Sociedade Gestora evidenciaram um acréscimo de 4%, na sequência da incorporação do Resultado Líquido do exercício de 2005, tendo passado de 1.933.025 euros, em 31 de Dezembro de 2005, para 2.010.904 euros em 31 de Dezembro de 2006.

Os proveitos totais no exercício ascenderam a 3.425.773 euros, o que representou um acréscimo de 3,2%, relativamente ao obtido no exercício anterior. Deste valor destaca-se a comissão de gestão, no valor de 3.369.279 euros, que evidenciou um crescimento de 3,4%, face ao valor do ano anterior.

Ao nível dos custos operacionais, as rubricas que merecem maior destaque referem-se a: Fornecimentos e Serviços de Terceiros, Custos com Pessoal e Amortizações do Exercício, que registaram, respectivamente, face ao ano anterior, variações de +6,5%, +2,1% e -12,7%.

GRÁFICO 1 — Evolução dos Custos da Sociedade Gestora



O crescimento dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros resultou, na sua maior parte, do aumento de encargos não recorrentes com serviços de assessoria jurídica. Por seu turno, a rubrica de custos com pessoal, que representa quase 60% dos encargos totais da Sociedade Gestora, registou um aumento ligeiramente inferior à inflação.

O aumento dos Resultados Líquidos permite acomodar o crescimento do Fundo de Pensões, designadamente, ao nível da margem de solvência que, no final do exercício de 2006, ascendia a 106,76%.

2.

PLANOS DE PENSÕES

O Fundo de Pensões do Banco de Portugal financia diversos benefícios de reforma e sobrevivência, bem como os encargos do Associado com contribuições pós-reforma para o serviço de assistência médico-social (SAMS).

Para os referidos benefícios concorrem diferentes componentes pensionáveis, as quais se agrupam em dois tipos de programas de prestações pecuniárias: os que se debruçam sobre a remuneração base – genericamente designados por Planos Base e que correspondem a quatro programas – e os que se destinam a pensionar os complementos remunerativos – designados por Regimes e que englobam três programas. Todos estes programas se classificam como de benefício definido, na medida em que os benefícios garantidos – de reforma ou sobrevivência – são fixados *à priori*.

2.1. Caracterização

Planos Base

— Plano I

Este plano abrange os trabalhadores admitidos no Banco de Portugal até 31 de Dezembro de 1994, data a partir da qual se converteu num plano fechado, tendo cessado as entradas de novos participantes.

Trata-se de um plano de pensões não contributivo, o que significa que os trabalhadores não contribuem para o seu financiamento, que é totalmente assegurado pelo Banco de Portugal.

— Plano II

Este plano foi iniciado em 1 de Janeiro de 1995 e abrange os trabalhadores admitidos a partir daquela data, que não transitem de instituições de crédito subscritoras do ACT do Sector Bancário em matéria de Segurança Social.

Trata-se de um plano de pensões contributivo, na medida em que os participantes contribuem para o seu financiamento, a uma taxa de 5% sobre as remunerações pensionáveis, conforme estabelecido na cláusula 137^a-A do ACT, sendo o restante suportado pelo Banco de Portugal.

— **Plano III**

O Plano III abrange os Membros do Conselho de Administração do Banco de Portugal e teve início em 1 de Fevereiro de 1998, com a entrada em vigor da Lei nº 5/98 de 31 de Janeiro – Lei Orgânica do Banco de Portugal, sendo, a partir da entrada em vigor do DL nº 39/07 de 20 de Fevereiro, um "Plano Fechado".

É um plano contributivo, em que a parte a cargo dos participantes é determinada com base na taxa que estiver fixada na cláusula 137^a-A do ACT.

— **Plano IV**

Este plano inclui os trabalhadores que, embora admitidos a partir de 1 de Janeiro de 1995, transitem de instituições de crédito subscritoras do ACT em matéria de Segurança Social.

Trata-se de um plano com características mistas, não sendo contributivo, tal como o Plano I, e conferindo benefícios proporcionais ao tempo de serviço, à semelhança do Plano II.

Regimes de Pensionamento dos Complementos Remunerativos

— **Regime Geral**

Este regime abrange os trabalhadores admitidos no Banco de Portugal a partir de 1 de Janeiro de 2001.

É um regime contributivo, o que significa que as contribuições, incluindo as destinadas ao financiamento dos riscos de invalidez e morte, são repartidas entre o Banco de Portugal e os trabalhadores, na proporção de 60% e 40%, respectivamente.

Os benefícios proporcionados por este regime consistem na atribuição duma pensão de reforma proporcional ao tempo de contribuição (com um máximo de 85% do último complemento remunerativo), bem como na atribuição duma pensão de sobrevivência aos familiares dos empregados falecidos no activo ou na situação de reforma.

— **Regime Especial A**

Abrange os trabalhadores admitidos no Banco de Portugal até 31 de Dezembro de 1998.

Tem um carácter contributivo, sendo as contribuições repartidas entre o Banco de Portugal e os trabalhadores de acordo com a regra estabelecida para o Regime Geral. Porém,

neste caso, os riscos de invalidez e morte não são objecto de repartição, sendo integralmente suportados pelo Banco de Portugal.

Os benefícios proporcionados por este regime consistem na atribuição duma pensão de reforma correspondente a 85% do último complemento remunerativo, nas situações de reforma por limite de idade ou reforma antecipada, ou calculada de forma proporcional ao tempo de serviço para efeitos de reforma por invalidez, bem como na atribuição duma pensão de sobrevivência aos familiares dos empregados falecidos no activo ou na situação de reforma.

— Regime Especial B

Este regime abrange os trabalhadores admitidos no Banco de Portugal nos anos de 1999 e 2000 e apresenta características mistas.

Com efeito, trata-se dum regime em tudo coincidente com o estabelecido para o Regime Especial A em matéria de repartição de contribuições entre o Banco de Portugal e os trabalhadores, limitação das contribuições dos trabalhadores e abrangência dos riscos a repartir e possibilidade de remição em capital do valor da pensão.

Já no que respeita a benefícios, este regime coincide com o Regime Geral.

2.2. Evolução da População abrangida pelo Fundo de Pensões

Salienta-se a elevada maturidade da população abrangida pelo Fundo de Pensões do Banco de Portugal, em que o número de beneficiários é superior ao de participantes no activo. O consequente peso das responsabilidades com pensões em pagamento no total, condiciona fortemente a postura assumida na gestão do património do Fundo.

Quadro 1 — População abrangida pelo Fundo de Pensões

	31-12-2004	31-12-2005	Variação 2004 / 2005	31-12-2006	Variação 2005 / 2006
Activos	1.737	1.704	-33	1.709	5
Reformados	1.724	1.744	20	1.734	-10
Pensionistas	474	475	1	486	11
Total	3.935	3.923	-12	3.929	6
Razão Activos ¹ / Beneficiários ²	0,79	0,77		0,77	

¹ Participantes; ² Reformados e Pensionistas.

Em 31 de Dezembro de 2006, o Fundo de Pensões abrangia 1.709 participantes (activos), 1.734 reformados e 486 pensionistas.

2.3. Evolução dos benefícios/encargos e contribuições

No gráfico 1, apresenta-se a evolução do volume de benefícios e encargos pagos pelo Fundo de Pensões nos últimos 10 anos.

Em 2006, o valor das pensões vencidas e pagas ascendeu a 42.806 milhares de euros, o que representa um acréscimo de 4,2% em relação ao exercício anterior.

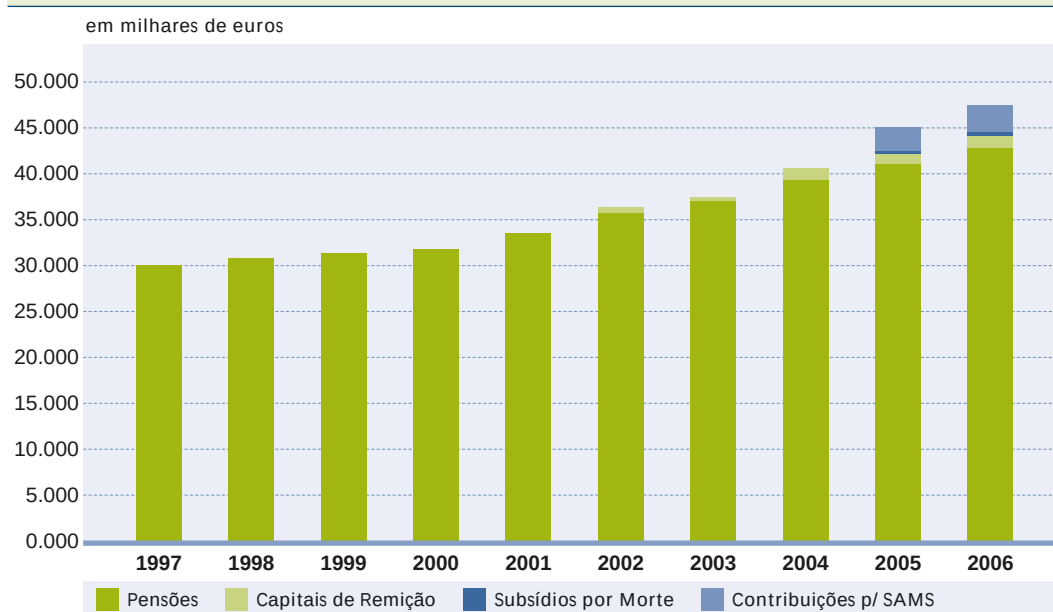
Os valores liquidados em 2006 como capitais de remição e a título de subsídio por morte ascenderam a, respectivamente, 1.335,0 milhares de euros e 372,7 milhares de euros. Nestas mesmas rubricas registaram-se em 2005 os totais de 1.005,0 milhares de euros e 216,0 milhares de euros, pela mesma ordem.

Os encargos suportados pelo Fundo de Pensões relativos às contribuições para o SAMS sobre as pensões liquidadas ascenderam a 2.824,6 milhares de euros, em 2006, que compara com o valor de 2.701,4 milhares de euros pago em 2005.

Procedeu-se ainda a transferências de direitos de pensão de ex-empregados que passaram a prestar serviço na Comissão Europeia, bem como ao encerramento das contas individuais dos trabalhadores que cessaram o seu contrato de trabalho com o Banco de Portugal. Estes valores, por não terem expressão, não estão representados no gráfico seguinte (correspondem a 0,1% da despesa global).

O somatório dos encargos suportados pelo Fundo de Pensões com estas rubricas totalizou 47.460 milhares de euros, o que significa um acréscimo de 5,3% relativamente ao exercício de 2005.

GRÁFICO 2 — Volume de benefícios e encargos suportados pelo Fundo



Uma vez que os planos e regimes financiados pelo Fundo de Pensões são de benefício definido, as contribuições têm um carácter de "variável dependente". Assim, podem ser necessários ajustamentos periódicos nas taxas contributivas regulares e, eventualmente, a entrega de contribuição extraordinária, em resultado de diversos factores, tais como alterações no comportamento das variáveis financeiras, evolução dos benefícios diversa do que fora projectado ou ainda por alteração/actualização de algum dos pressupostos de cálculo.

No ano 2006, foram efectuadas contribuições num total de 85,8 milhões de euros. Neste valor global está incluída uma contribuição extraordinária de 61,8 milhões de euros, suportada pelo Associado, que visou financiar uma revisão aos pressupostos actuariais efectuada no decurso do ano (vide ponto 6).

As contribuições regulares suportadas pelos trabalhadores ascenderam a 1,8 milhões de euros.

2.4. Pressupostos Actuariais e Financeiros

Em 2006, procedeu-se a uma revisão dos pressupostos actuariais e financeiros, ao nível da reformulação da taxa de desconto. Desta reformulação resultou a revisão em baixa daquele pressuposto, o que contrariou em parte a variação sentida nas taxas de juro do mercado.

Assim, no fecho de 2006, a taxa de desconto era de 4,52% e as taxas de crescimento dos salários e das pensões de, respectivamente, 3,23% e 2,23%.

O conjunto dos pressupostos actuariais-financeiros utilizados são listados na nota com os resultados da avaliação actuarial reportada a 31/12/2006, no final deste relatório.

3. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

O ano 2006 foi caracterizado por uma aceleração do crescimento económico na generalidade das economias desenvolvidas, com excepção da japonesa. No contexto das economias emergentes, continuou a merecer destaque o forte crescimento económico da China e da Índia, que registaram taxas de 10,6% e 8%, respectivamente.

Quadro 2 — Taxas de crescimento económico e de inflação

	Produto Interno Bruto (%)				Preços no Consumidor (%)			
	2005	2006 ^p	2007 ^p	2008 ^p	2005	2006 ^p	2007 ^p	2008 ^p
Área do Euro	1.4	2.6	2.2	2.3	2.2	2.2	1.9	1.8
Portugal	0.4	1.3	1.5	1.7	2.1	3.1	2.0	1.8
EUA	3.2	3.3	2.4	2.7	3.4	3.3	2.3	2.3
Japão	4.2	2.8	2.0	2.0	-0.1	0.3	0.3	0.8

Fontes: OCDE, Economic Outlook (Novembro de 2006), Eurostat e Banco de Portugal

^p Estimativas e Projecções.

A inflação manteve-se controlada na generalidade das principais economias mundiais. O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor cresceu 2,2% na Zona Euro e 3,3% nos EUA. No Japão registou-se uma variação positiva do nível de preços (0,3%), algo que não se verificava há muitos anos e que deixa antever o fim do ciclo deflacionista no país.

Quadro 3 — Evolução das principais taxas de juro da área do euro

	Dez. 2005	Dez. 2006	Variação (p.p.)
Taxa de intervenção do BCE			
Taxa oper. principal de refinanciamento	2.25%	3.50%	1.25
Taxas de Rendibilidade do Mercado Monetário (*)			
a 3 meses	2.49%	3.73%	1.24
a 1 ano	2.84%	4.03%	1.18
Taxas de rendibilidade das obrigações do Tesouro (**)			
a 2 anos	2.86%	3.88%	1.02
a 10 anos	3.30%	3.95%	0.65
a 30 anos	3.57%	4.07%	0.50

Fontes: REUTERS

(*) Benchmark da área do euro: Taxas Euribor. (**) Benchmark da área do euro: títulos de dívida pública alemã.

A actuação das autoridades monetárias, ao longo de 2006, caracterizou-se pelo movimento ascendente das taxas de juro directoras a fim de controlar as pressões inflacionistas num contexto de crescimento económico. Merece destaque o BCE, que prosseguiu a política de aumento da taxa de referência da zona euro, iniciada em Dezembro de 2005, tendo aumentado aquela taxa em 1,25 pontos percentuais, para o nível de 3,5% no fecho de 2006. Por seu turno, as taxas de juro de referência do FED, do Banco de Inglaterra, do Banco do Japão e do Banco da Suíça subiram, respectivamente, 1 ponto, 0,5 pontos, 0,25 pontos e 1 ponto percentual.

As taxas de juro praticadas no mercado, para os diversos prazos e moedas, acompanharam este movimento ascendente das taxas oficiais. Na zona euro, as subidas foram mais significativas nos segmentos mais curtos.

No mercado de dívida privada, à semelhança do que se verificou em 2005, o ano de 2006 ficou marcado pela estabilidade dos diferenciais de taxa de juro face à dívida pública, em níveis historicamente baixos. As taxas de *default* situaram-se em mínimos históricos, segundo a agência de notação de *rating* Moody's, o que pode ser explicado pelo bom ritmo de crescimento económico mundial, que permitiu às empresas continuarem a reduzir o peso da dívida nos seus balanços e apresentarem fortes crescimentos nos seus resultados financeiros.

Os mercados accionistas, reflectindo o forte crescimento económico verificado e o consequente impacto positivo nos resultados financeiros das empresas, apresentaram valorizações significativas, embora mais modestas do que as verificadas em 2005. O índice europeu DJ Eurostoxx 50 valorizou-se cerca de 18,9%, o índice americano S&P 500 registou uma valorização de 17,9% e o índice japonês subiu 7,9%.

No mercado cambial, ao contrário do que sucedeu em 2005, o euro valorizou-se cerca de 11% face ao dólar. Este movimento pode ser atribuído ao efeito conjugado de três factores: a actuação mais "agressiva" por parte do BCE, comparativamente com o FED, e subsequente redução do diferencial de taxas de juro entre a zona euro e os EUA, tornando o euro um pouco mais atractivo face ao dólar; o aumento do peso das reservas em euros em detrimento do dólar nos países asiáticos e nos países exportadores de petróleo; e o sistemático agravamento do défice comercial dos EUA.

A cotação do petróleo oscilou ao longo de 2006, tendo atingido cerca de 78 dólares por barril em meados de Agosto, mas terminou o ano em níveis próximos dos observados no início, em torno dos 61 dólares por barril.

Perspectivas para 2007

De acordo com as previsões dos principais organismos internacionais, perspectiva-se um ligeiro abrandamento no ritmo de crescimento económico em 2007, relativamente ao ano findo. A inflação deverá continuar controlada nas principais economias mundiais, com os bancos centrais a não permitirem que as pressões inflacionistas se materializem. O BCE deverá prosseguir a sua política de subida de taxas de juro, embora a um ritmo mais moderado do que o verificado em 2006. Relativamente ao FED, há muita incerteza quanto ao sentido do próximo movimento de taxas de juro.

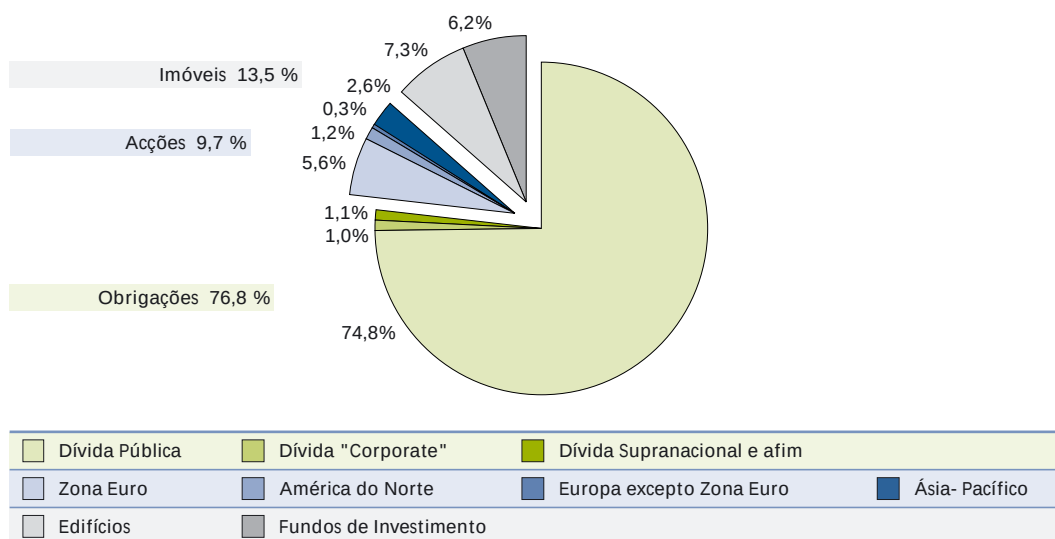
4.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE ACTIVOS

A gestão da carteira de activos do Fundo de Pensões foi orientada por uma política de aproximação à estrutura das responsabilidades, tendo em vista a limitação do risco de redução do nível de financiamento do Fundo de Pensões. Com este objectivo:

- a estrutura da carteira de obrigações registou uma alteração significativa no início de 2006, tendo-se dado continuidade ao processo, iniciado no final de 2005, de substituição de obrigações a taxa fixa por obrigações indexadas à inflação da área do euro;
- a composição por classe de activos da carteira do Fundo de Pensões sofreu pequenos ajustamentos ao longo do ano, com redução ligeira da exposição a acções, e reforço do peso nas restantes classes de activos;
- a duração modificada da carteira de rendimento fixo registou um acréscimo ao longo do ano, situando-se em 16,4 em 31 de Dezembro, contra 12,7 no final do ano anterior.

GRÁFICO 3 — Estrutura da Carteira do Fundo de Pensões



5.

BENCHMARK ESTRATÉGICO

No final de 2006, foi concluído o estudo de selecção do *benchmark* estratégico do Fundo de Pensões, a vigorar em 2007. A sua composição inicial, com uma forte exposição a obrigações de longo prazo indexadas à inflação da área do euro, traduz a prossecução de uma gestão de activos fortemente orientada para a limitação do risco de redução do nível de financiamento.

Não obstante, a exposição do *benchmark* a activos menos correlacionados com as responsabilidades e que têm associado um prémio de risco positivo, é ainda assim, significativa (21,2%) o que revela que a definição da estratégia de investimento para 2007 ponderou, para além do objectivo de limitação do risco, o objectivo de maximização dos resultados esperados da gestão de activos e responsabilidades.

Quadro 4 — Composição do *benchmark* estratégico do Fundo de Pensões

a vigorar em 2007	
Obrigações e Liquidez	78,8%
Obrigações indexadas à inflação	73,4%
Outras obrigações e Liquidez	5,4%
Acções	9,0%
Área do Euro	2,8%
Europa excepto área do euro	2,0%
América do Norte	3,2%
Ásia Pacífico	0,9%
Imóveis	12,2%

6.

RESULTADOS DA GESTÃO ACTIVOS-RESPONSABILIDADES DO FUNDO DE PENSÕES

Em 2006, as responsabilidades do Fundo de Pensões e a carteira de activos foram condicionadas pela subida das taxas de juro da área do euro.

Num contexto de valorização *marked-to-market* das responsabilidades, o impacto desta subida no valor das responsabilidades por serviços passados foi apenas parcialmente atenuado pela subida, menos expressiva, da taxa de inflação esperada.

Em consequência, o valor ajustado das responsabilidades por serviços passados tendo em conta o impacto do pagamento de pensões líquido do recebimento de contribuições regulares e expurgando o efeito de factores exógenos, registou, durante o ano 2006, uma variação negativa de -3,3%. Numa óptica de gestão integrada de activos e passivos, esta variação constitui a referência para a taxa de rentabilidade dos activos.

Quadro 5 — Resultados da gestão activos-responsabilidades do Fundo de Pensões

		Taxas de rentabilidade ⁽¹⁾
(a)	Variação ajustada das Responsabilidades	-3,3%
	Carteira de Activos	
	Obrigações	-4,3%
	Dívida Pública	-4,5%
	Dívida "Corporate"	2,5%
	Dívida Supranacional e afim	2,2%
	Acções	17,1%
	Zona Euro	19,8%
	América do Norte	14,2%
	Europa excepto Zona Euro	13,1%
	Ásia-Pacífico	10,5%
	Imóveis	7,9%
	Edifícios	11,2%
	Fundos de Investimento	4,0%
(b)	Total	-1,0%
(c)=(1+b)/(1+a)-1	Resultados da gestão activos-responsabilidades	2,4%

⁽¹⁾ Time weighted rate of return

A orientação *asset-liability* da política de investimentos, focada na limitação do risco de redução do nível de financiamento, traduziu-se na manutenção de uma forte exposição a activos correlacionados com as responsabilidades, em particular obrigações do Tesouro de longo prazo indexadas à inflação da área do euro. Em consequência, a rentabilidade da carteira de activos foi também condicionada, ainda que em menor grau do que o custo das responsabilidades, pelo movimento de subida de taxas de juro, tendo-se situado em terreno negativo (-1,0%).

Os resultados *asset-liability* do Fundo de Pensões ascenderam, em 2006, a +27,7 milhões de euros (a diminuição do valor ajustado das responsabilidades excedeu o resultado negativo dos activos naquele valor), o que corresponde a 2,4% do valor das responsabilidades por serviços passados. Na **origem** destes resultados encontram-se três contributos:

- a exposição a risco accionista, cujo contributo para os resultados alcançados foi de cerca de 50% (resultados de 1,1% do valor das responsabilidades);
- a exposição a risco imobiliário, com um contributo de 0,5% do valor das responsabilidades;
- a exposição aos riscos taxa de juro e taxa de inflação, com um contributo de 0,8% do valor das responsabilidades.

No que respeita à **utilização** daqueles resultados da gestão financeira gerados em 2006:

- cerca de metade (1,2% do valor das responsabilidades) foram utilizados para financiar 20% do impacto da revisão de pressupostos actuariais (suportada nos restantes 80% pelo recurso a uma contribuição extraordinária do Banco de Portugal);
- 0,5% do valor das responsabilidades foram consumidos com desvios actuariais e factores exógenos à gestão financeira do Fundo de Pensões;
- os restantes 0,7% do valor das responsabilidades correspondem à subida do nível de financiamento do Fundo de Pensões (de 97,9% em Dezembro de 2005 para 98,6% em Dezembro de 2006).

Quadro 6 — Utilização dos resultados da gestão activos-responsabilidades

	em % do valor das responsabilidades
Alteração de pressupostos actuariais	1,2%
Factores exógenos e desvios actuariais	0,5%
Variação do Nível de financiamento	0,7%
Total	2,4%

7.

CONTROLO DE RISCOS

A política de investimento do Fundo de Pensões encontra-se balizada pelas normas regulamentares aplicáveis emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP), nomeadamente no que se refere à composição e controlo do património e à utilização de instrumentos derivados e de operações de reporte e empréstimo de valores, e por normas internas, mais detalhadas e restritivas do que as regulamentares, estabelecidas pela própria Sociedade Gestora em estreita consonância com o perfil de risco desejado pelo Banco de Portugal.

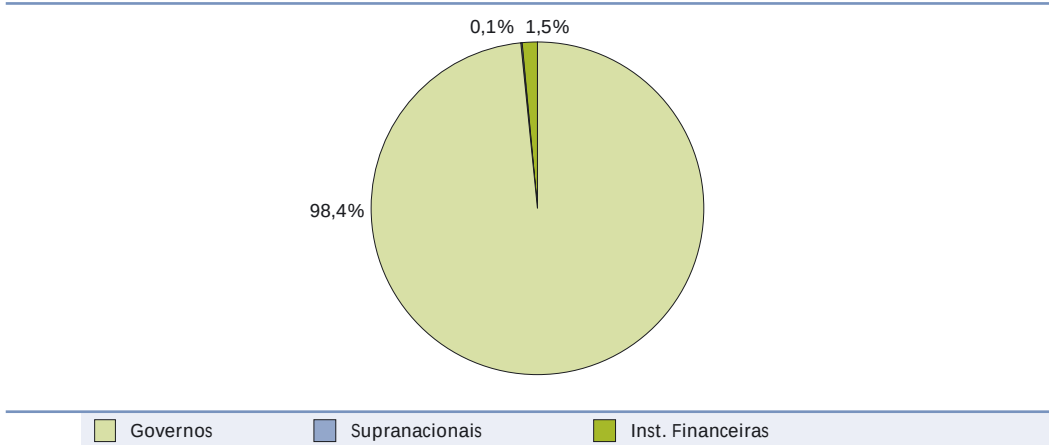
Ao longo de 2006, a estrutura da carteira foi objecto de análise e acompanhamento constantes, com vista à identificação do grau de exposição a diferentes tipos de risco e respectiva forma de mitigação, através da imposição de limites ou do recurso a instrumentos de cobertura.

O **risco de mercado** é avaliado numa óptica *asset-liability*, traduzindo-se no risco de redução do nível de financiamento do Fundo de Pensões. Assim, o controlo deste risco é prosseguido através duma política de gestão de activos em consonância com a estrutura das responsabilidades.

O controlo do **risco de crédito** associado às instituições emitentes de títulos que integram a carteira de investimento, ou com as quais se realizam transacções (contrapartes), é assegurado através da restrição do investimento a instrumentos e instituições de reconhecida segurança e idoneidade financeira, bem como de um acompanhamento da notação de *rating* atribuída pelas agências internacionais *FitchRatings*, *Moody's Investor Service* e *Standard & Poor's*, que deverá respeitar níveis mínimos estabelecidos. A política de diversificação do risco é empreendida numa óptica de grupo económico, sendo estabelecidos limites à concentração da exposição a entidades associadas entre si.

GRÁFICO 4 — Exposição da carteira de rendimento fixo por tipo de emitente / contraparte

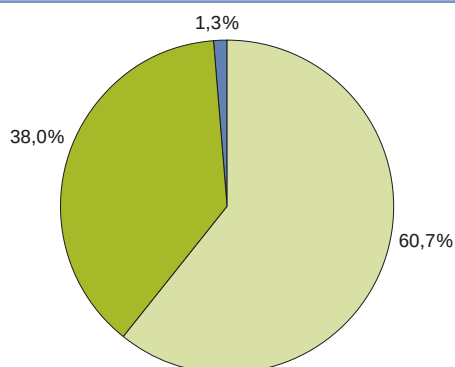
31 de Dezembro de 2006



No final de 2006, a carteira de rendimento fixo do Fundo de Pensões evidenciava um reduzido nível de risco de crédito, dado o elevado peso de emitentes soberanos com elevado *rating*.

GRÁFICO 5 — Exposição da carteira de rendimento fixo por *rating* do emitente / contraparte

31 de Dezembro de 2006

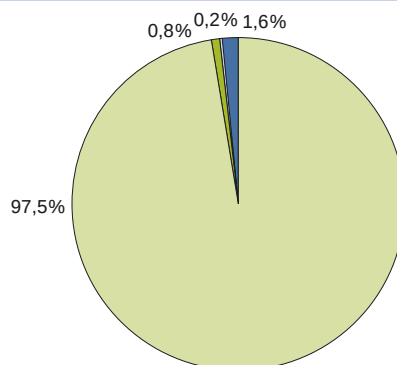


AAA AA A

O **risco-país** continuou a ser muito reduzido, dado que a carteira manteve uma exposição predominante aos países da área do euro, que representavam 97,5% do total no final de 2006.

GRÁFICO 6 — Distribuição Geográfica

31 de Dezembro de 2006



Zona Euro Europa ex-Zona Euro Ásia / Pacífico América do Norte

A gestão do **risco cambial** da carteira de investimento continuou a ser efectuada através da realização de operações cambiais a prazo (*forward*) associadas a investimentos em activos denominados em moedas que não o euro, sendo este virtualmente nulo.

No que se refere aos **riscos legais**, é dado especial relevo à análise do enquadramento jurídico, bem como ao acompanhamento permanente do estrito cumprimento das regras e limi-

tes de diversificação prudencial definidos pelo Instituto de Seguros de Portugal ao nível da composição do património da carteira do Fundo de Pensões.

8.

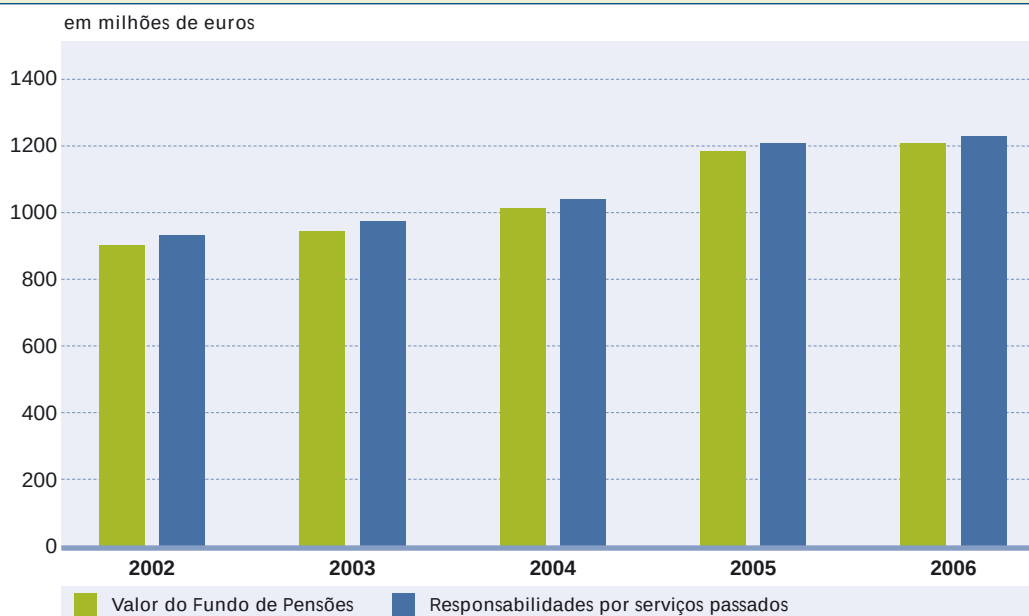
SITUAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO DE PENSÕES NUMA ÓPTICA "ASSET-LIABILITY"

Em 31 de Dezembro de 2006, o património do Fundo de Pensões do Banco de Portugal ascendia a 1.208,6 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 27,0 milhões face ao final do ano anterior.

O total de responsabilidades por serviços passados ascendia a 1.226,2 milhões de euros, dos quais 691,2 milhões correspondem a responsabilidades por pensões em pagamento e 535,1 milhões dizem respeito às responsabilidades por serviços passados de trabalhadores no activo. O acréscimo do valor das responsabilidades por serviços passados foi, em 2006, de 18,8 milhões de euros.

Aquele aumento do valor das responsabilidades corresponde a um acréscimo global de +1,6%. Esta evolução reparte-se em 2,4% relativo ao custo esperado do ano e em -0,8% que resultam do efeito conjugado da indexação dos pressupostos actuariais-financeiros (subida observada nas taxas de desconto face ao fecho do exercício anterior, ainda que parcialmente consumida pela revisão à formulação da taxa de desconto e pelo aumento da inflação) e de outros desvios.

GRÁFICO 7 — Evolução do Activo e Passivo do Fundo de Pensões



No final do ano, o Fundo de Pensões registava um nível de financiamento global de 98,6% o qual assegurava a cobertura a 100% das responsabilidades com as pensões em pagamento e uma cobertura das responsabilidades com serviço passado de participantes no activo de 96,7% (acima do nível de financiamento mínimo exigido nos avisos do Banco de Portugal).

Para efeitos do disposto no Aviso nº 12/2001, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso 4/2005, o grau de cobertura foi de 111,8% do mínimo exigido. Foram também integralmente satisfeitos os requisitos emanados pelo Instituto de Seguros de Portugal, tendo a cobertura do mínimo de solvência atingido 125,3%.

Quadro 7 — Situação financeira do Fundo de Pensões		em euros	
		31-12-2005	31-12-2006
(1)	Valor do Fundo de Pensões	1.181.526.663	1.208.550.035
(2)	Responsabilidade por Serviços Passados (R.S.P.)	1.207.429.808	1.226.238.773
(3)= (1)/(2)	Nível de Financiamento verificado	97,9%	98,6%
(4)	RSP de financiamento obrigatório (Aviso nº 04/2005)	1.023.931.378	1.081.453.102
(5)= (1)/(4)	Cobertura das RSP de financiamento obrigatório	115,4%	111,8%
(6)	RSP para cálculo do nível do mínimo de solvência	930.486.308	964.546.285
(7)= (1)/(6)	Cobertura do mínimo de solvência	127,0%	125,3%

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2006, foi apurado um resultado líquido de 77.879,94 euros nas contas da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A., para o qual se propõe a seguinte aplicação:

Reserva legal	3.894,00
Reservas Livres	73.985,94
Total	77.879,94

10.

NOTA FINAL

Ao concluir o Relatório e Contas do exercício de 2006, o Conselho de Administração agradece ao Banco de Portugal a confiança e o espírito de colaboração demonstrados.

Ao Instituto de Seguros de Portugal é dirigida uma palavra de reconhecimento pela forma como acompanhou a actividade da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A..

Por último, salienta-se o elevado profissionalismo e dedicação de todos os Colaboradores da Sociedade Gestora, que foram um factor determinante dos resultados alcançados.

Lisboa, 19 de Março de 2007

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Martins Pereira Marta

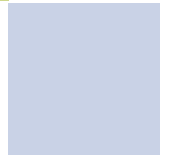
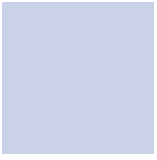
Presidente

Manuel Ramos de Sousa Sebastião

Administrador

Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Administradora Delegada





Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

Balanço e Demonstração de Resultados

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

Certificação Legal das Contas

Balanço

Activo	2006			2005
	AB	AP	AL	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Edifícios e Outras Construções	54.735	10.243	44.491	48.407
Equipamento Básico	186.258	117.385	68.873	72.624
Equipamento Administrativo	2.221.564	1.649.818	571.746	752.632
Outras imobilizações corpóreas	17.018	16.326	692	2.819
	2.479.575	1.793.772	685.802	876.482
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	117.229	117.229	0	0
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0	0	0	0
CIRCULANTE				
Dívidas de Terceiros				
Estado e Outros Entes Públicos	0		0	21.040
Outros Devedores	492		492	60.492
	492		492	81.532
Títulos Negociáveis	1.181.871	991	1.180.880	797.320
Depósitos Bancários e Caixa				
Depósitos Bancários	226.619		226.619	395.705
Caixa	1.247		1.247	1.247
	227.866		227.866	396.952
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de Proveitos	16.573		16.573	6.849
Custos Diferidos	123.209		123.209	114.737
Impostos Diferidos	248		248	960
	140.029		140.029	122.547
Total do Activo	4.147.061	1.911.992	2.235.069	2.274.833

(em Euros)

AB= Activo bruto

AP= Amortizações e provisões acumuladas

AL= Activo líquido

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

em 31 de Dezembro de 2006

Capital Próprio e Passivo	2006	2005
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	1.000.000	1.000.000
Reserva Legal	103.843	102.650
Reservas Livres	829.182	806.526
Resultados Transitados	0	0
Resultado Líquido	77.880	23.848
Total do Capital Próprio	2.010.904	1.933.025
PROVISÕES P/ RISCOS E ENCARGOS	129.961	121.868
PASSIVO		
Dívidas a Terceiros		
Outros Accionistas	423	549
Outros Credores	2.741	3.411
Fornecedores c/c	56.628	188.535
Estado e Outros Entes Públicos	18.417	18.536
	78.208	211.031
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de Custos	15.191	8.168
Proveitos Diferidos	805	741
Total do Passivo	224.165	341.808
Total do Capital Próprio e Passivo	2.235.069	2.274.833

(em Euros)

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta

Manuel Ramos de Sousa Sebastião

Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Conta de Resultados

Custos e Perdas	Exercícios	
	2006	2005
Fornecimento e Serviços Externos	1.027.299	964.569
Custos com o Pessoal	1.986.185	1.944.953
Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	257.522	294.875
Impostos	22.597	30.355
Outros Custos e Perdas Operacionais	8.858	650
Provisões para Riscos e Encargos (A)	8.093	24.058
	3.310.555	3.259.461
Provisões de Aplicações Financeiras	991	3.587
Juros e Custos Similares (C)	6.003	15.476
	3.317.549	3.278.525
Custos e Perdas Extraordinários (E)	12	6.949
	3.317.561	3.285.474
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício (G)	30.332	9.115
	3.347.893	3.294.588
Resultado Líquido do Período	77.880	23.848
Total	3.425.773	3.318.436
(em Euros)		
RESUMO:		
Resultados Operacionais: (B) - (A) =	69.456	9.711
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A) =	33.328	16.704
Resultados Correntes: (D) - (C) =	102.784	26.415
Resultados Antes de Impostos: (F) - (E) =	108.212	32.963
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (G) =	77.880	23.848

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

em 31 de Dezembro de 2006

Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2006	2005
Prestação de Serviços	3.369.279	3.258.506
Proveitos Suplementares (B)	10.732 3.380.011	10.666 3.269.172
Rendimentos de Títulos Negociáveis e de Outras Aplicações Financeiras	40.225	35.768
Outros Juros e Proveitos Similares (D)	98 3.420.333	0 3.304.940
Proveitos e Ganhos Extraordinários (F)	5.440 3.425.773	13.496 3.318.436
Total	3.425.773	3.318.436

(em Euros)

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta
 Manuel Ramos de Sousa Sebastião
 Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Demonstração dos Resultados por Funções

	Exercícios	
	2006	2005
Vendas e Prestação de Serviços	3.369.279	3.258.506
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços	0	0
Resultados Brutos	3.369.279	3.258.506
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	10.732	10.666
Custos de Distribuição	0	0
Custos Administrativos	3.301.696	3.228.456
Outros Custos e Perdas Operacionais	3.430	24.458
Resultados Operacionais	74.884	16.258
Custo Líquido de Financiamento	0	16.704
Ganhos (Perdas) em filiais e associadas	0	0
Ganhos (Perdas) em outros Investimentos	33.328	0
Resultados Correntes	108.212	32.963
Impostos sobre os Resultados Correntes	30.332	9.115
Resultados Correntes após Impostos	77.880	23.848
Resultados Extraordinários	0	0
Impostos sobre os Resultados Extraordinários	0	0
Resultados Líquidos	77.880	23.848

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

Demonstração dos Resultados por Fluxos de Caixa

	Exercícios	
	2006	2005
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultados Líquidos	77.880	23.848
Ajustamentos		
Amortizações	253.159	248.404
Provisões	5.243	16.135
Resultados Financeiros		
Aumentos das Dívidas de Terceiros	0	-56.496
Diminuição das Dívidas de Terceiros	81.039	536.426
Aumento das Existências		
Diminuição das Existências		
Aumentos das Dívidas a Terceiros	0	164.985
Diminuição das Dívidas a Terceiros	-132.823	-857.970
Diminuição dos Proveitos Diferidos		
Diminuição dos Acréscimos de Proveitos	-9.724	18.717
Diminuição dos Custos Diferidos	-8.471	-45.595
Diminuição dos Acréscimos de Custos	7.023	442
Aumento dos Proveitos Diferidos	63	0
Ganhos na Alienação de Imobilizações		
Perdas na Alienação de Imobilizações		
Diminuição dos Impostos Diferidos Activos	713	1.981
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	196.222	27.029
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos Provenientes de:		
Investimentos Financeiros	380.709	-326.438
Imobilizações Corpóreas	62.480	100.732
Imobilizações Incorpóreas		
Imobilizações em Curso	0	-43.252
Subsídios de Investimento		
Juros e Proveitos Similares		
Dividendos		
Pagamentos Respeitantes a:		
Investimentos Financeiros		
Imobilizações Corpóreas		
Imobilizações Incorpóreas		
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	443.189	-268.958
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos Provenientes de:		
Empréstimos Obtidos	0	0
Aumentos de Capital	0	0
Suplementos e Prémios de Emissão	0	0
Subsídios e Doações	0	0
Venda de Acções	0	0
Cobertura de Prejuízos	0	0
Pagamentos Respeitantes a:		
Empréstimos Obtidos	0	0
Amortização de contratos de Locação Financeira	0	0
Juros e custos Similares	0	0
Dividendos	0	0
Redução de Capital e Prestações Suplementares	0	0
Aquisição de Acções Próprias	0	0
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0	0
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	-169.086	319.834
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO	0	0
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	396.952	77.118
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	227.866	396.952

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

Constituição e actividade

A Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A., foi constituída em 3 de Junho de 1988 por escritura notarial lavrada de Fl. 74 a Fl. 76 do livro de notas para escrituras diversas nº. 677 - C do 9º. Cartório Notarial de Lisboa, tendo por objecto a administração, gestão e representação do Fundo de Pensões do Banco de Portugal.

A sua constituição foi autorizada pela Portaria nº. 245/88, de 20 de Abril, do Ministério das Finanças.

O anexo às contas respeita a ordem estabelecida pelo Plano Oficial de Contabilidade (POC), sendo de referir que os números não indicados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância de valores e situações a reportar.

3.

CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, nomeadamente, de acordo com os princípios fundamentais da continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, substância sob a forma e materialidade.

Os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade são como segue:

Imobilizado

O activo imobilizado está registado ao custo de aquisição.

As reintegrações são calculadas com base no número de anos de vida útil esperada, utilizando-se para o efeito o método das quotas constantes, sendo aplicado para os activos adquiridos até 1993 (inclusive) o critério da quota anual de reintegração e, para os activos adquiridos em data posterior, o critério da quota correspondente ao número de meses contados desde o mês de entrada em funcionamento.

As taxas de reintegração encontram-se em conformidade com a legislação fiscal portuguesa. O período de vida útil daí decorrente aproxima-se da vida útil dos bens.

As taxas de reintegração aplicadas foram as seguintes:

	Percentagem anual
Equipamento básico	10%
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	10 a 33,33%
Outras imobilizações corpóreas	12,50%

— Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são valorizados pelo seu custo de aquisição, que inclui os custos suportados na compra.

Constituíram-se provisões que visam a cobertura integral do valor das menos-valias evidenciadas na carteira de títulos e que correspondem à descida do valor de mercado face ao custo de aquisição dos títulos, quando aquele valor é inferior a este.

— Reconhecimento dos custos e proveitos

Os custos e proveitos são reconhecidos no momento em que ocorrem, tendo em atenção o período a que dizem respeito e independentemente da sua realização financeira.

6.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Foi reconhecido o efeito fiscal das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal para efeito de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), relativas a provisões para depreciação da carteira de títulos.

Variação dos Activos por Impostos Diferidos			
Descrição	Total 2006	Total 2005	Reversão da Diferença
Diferenças Temporárias que originam Activos por impostos diferidos	-	-	
Provisões não aceites fiscalmente	990,87	3.841,65	
Total	990,87	3.841,65	
Valores Reflectidos no Balanço (25%)	247,72	960,41	-712,69
			em Euros

7. PESSOAL

Durante o ano de 2006, a Sociedade contou, em média, com 36 colaboradores ao seu serviço.

10. IMOBILIZADO

O movimento da rubrica de imobilizado foi como segue:

	Saldo Inicial	Aumentos	Abates	Saldo Final
IMOBILIZADO CORPÓREO				
Activo Bruto				
Edifício e Outras Construções	53.226,80	1.507,96		54.734,76
Equipamento básico	171.769,45	18.852,05	4.363,17	186.258,33
Equipamento administrativo	2.175.080,88	46.482,83		2.221.563,71
Outras imobilizações corpóreas	17.018,00			17.018,00
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	117.229,01			117.229,01
IMOBILIZADO EM CURSO (i)	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	2.534.324,14	66.842,84	4.363,17	2.596.803,81
Edifício e Outras Construções	(4.820,10)	(5.423,21)		(10.243,31)
Equipamento básico	(99.145,73)	(18.239,27)		(117.385,00)
Equipamento administrativo	(1.422.448,74)	(275.960,40)	48.590,98	(1.649.818,16)
Outras imobilizações corpóreas	(14.198,60)	(2.127,25)		(16.325,85)
Outras Despesas	(117.229,01)			(117.229,01)
Investigação e Desenvolvimento				
	(1.657.842,18)	(301.750,13)	48.590,98	(1.911.001,33)
Activo Líquido	876.481,96	(234.907,29)	52.954,15	685.802,48
⁽ⁱ⁾ Ver nota 14.				em Euros

14. IMOBILIZADO EM CURSO

No final do exercício de 2006, não existiam valores registados em imobilizado em curso.

17.

TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

A composição desta rubrica é a seguinte:

	2006	2005
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO		
Dívida Pública	895.450,50	523.048,55
Diversos	-	-
	895.450,50	523.048,55
TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL		
Títulos de participação	-	1,15
Fundos de investimento	286.420,02	278.113,07
	286.420,02	278.114,22
Provisões para aplicações de tesouraria	(990,87)	(3.841,65)
Valor Líquido	1.180.879,65	797.321,12
		em Euros

32.

GARANTIAS PRESTADAS

À data de 31 de Dezembro de 2006, a Sociedade tinha garantias prestadas no valor 1.845.363,12 euros, maioritariamente relacionadas com processos judiciais em curso.

Durante o exercício de 2006, foi renovada a garantia bancária prestada para caucionar eventuais contingências do Fundo de Pensões, no âmbito de um processo judicial em curso, no valor de 1.795.362,12 euros.

Tendo em conta que o desfecho final da acção em causa foi favorável ao Fundo de Pensões, aguarda-se em 2007 a decisão judicial de libertação da referida garantia.

34.

MOVIMENTO DAS PROVISÕES

O movimento registado na conta Provisões para Aplicações de Tesouraria foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço	Anulação	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria (i)	3.841,65	990,87	3.841,65	990,87
Provisões para riscos e encargos	121.868,00	8.092,95	0,00	129.960,95
⁽ⁱ⁾ Ver nota 3.				em Euros

A provisão para riscos e encargos foi constituída para fazer face a eventuais contingências judiciais de carácter indemnizatório.

35.

CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade é 1.000.000 euros, encontrando-se integralmente subscrito e realizado, representado por duzentas mil acções com o valor nominal de cinco euros cada.

Este resulta da redenominação com renominalização e aumento do capital por incorporação de reservas do capital social da Sociedade, conforme aprovado em Assembleia Geral realizada em 30 de Março de 2001.

37.

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO

O Banco de Portugal detém uma participação de 97,78% no capital, correspondente a 195.524 acções.

40.

MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DE CAPITALS PRÓPRIOS

O movimento ocorrido no exercício foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	1.000.000,00	-		1.000.000,00
Reserva legal	102.650,44	1.192,39		103.842,83
Reservas livres	806.526,21	22.655,50		829.181,71
Resultado do Exercício	23.847,89	77.879,94	23.847,89	77.879,94
	1.933.024,54	101.727,83	23.847,89	2.010.904,48

em Euros

Os aumentos ocorridos no exercício foram efectuados de acordo com a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2005, apresentada pelo Conselho de Administração e aprovada em Assembleia Geral.

45.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e Perdas	2006	2005	Proveitos e Ganhos	2006	2005
Juros suportados	173,15	499,31	Juros obtidos	40.230,31	35.767,91
Provisões para aplicações de tesouraria	990,87	3.587,38			
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	3.748,90	13.073,90			
Outros custos e perdas financeiras	2.081,27	1.902,91	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	97,50	-
Resultados financeiros	33.333,62	16.704,41			
Total	40.327,81	35.767,91	Total	40.327,81	35.767,91

em Euros

46.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas	2006	2005	Proveitos e Ganhos	2006	2005
Outros custos e perdas extraordinários	12,18	988,92	Reduções de amortizações e provisões	3.841,66	5.339,28
Perdas em imobilizações	-	-	Ganhos em imobilizações	1.092,63	-
			Correcções exercício anterior	505,73	101,51
			Outros proveitos e ganhos extraordinários	-	1,20
Resultados extraordinários	5.427,84	4.453,07			
Total	5.440,02	5.441,99	Total	5.440,02	5.441,99

em Euros

48.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**Depósitos bancários**

A composição desta rubrica é a seguinte:

	2006	2005
Depósitos à ordem	123.618,73	45.705,00
Depósitos a prazo	103.000,00	350.000,00
	226.618,73	395.705,00

em Euros

Estado e Outros Entes Públicos**— Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA**

O valor do IVA registado nas contas da sociedade Gestora está relacionado com a auto-liquidação resultante de serviços prestados por uma entidade não residente.

— Impostos sobre lucros - IRC

O montante dos impostos sobre os lucros é calculado com base no valor que se prevê vir a pagar, às taxas em vigor à data do Balanço, aparecendo reflectido na rubrica "Estado e outros entes públicos".

De acordo com a legislação em vigor, a situação fiscal pode ser objecto de revisão por parte da Administração Fiscal durante quatro anos, podendo resultar dessa revisão eventuais correcções à matéria colectável e liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2002 a 2006, inclusive. O Conselho de Administração admite que qualquer liquidação adicional não virá a ter impacto significativo nas demonstrações financeiras.

—— **Prestação de serviços**

A prestação de serviços reporta-se exclusivamente à remuneração de gestão, cujo montante é estabelecido anualmente de acordo com o contrato de gestão celebrado entre o Banco de Portugal e a Sociedade Gestora.

Por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade Gestora, a remuneração de gestão, em 2006, foi fixada em 3.369.279,00 euros.

—— **Proveitos suplementares**

Trata-se de proveitos resultantes da celebração de um contrato de subarrendamento.

—— **Custos com pessoal**

O valor desta rubrica inclui os custos de formação suportados directamente pela Sociedade e os encargos com os respectivos colaboradores, signatários de um acordo de cedência celebrado com o Banco de Portugal.

—— **Acréscimos e Diferimentos**

Nesta rubrica são registados pagamentos efectuados no exercício, relativos a custos do ano seguinte, nomeadamente, relativos a licenças de aplicações informáticas.

—— **Contas de ordem**

Nos termos do n.º 3.1 da Norma n.º 12/95-R de 6 de Julho, do Instituto de Seguros de Portugal, a relevação das contas do Fundo de Pensões do Banco de Portugal está desenvolvida na classe 0 - Contas extrapatrimoniais, nas seguintes contas principais:

- 01 - Fundo de Pensões do Banco de Portugal; e
- 02 - Gestão do Fundo de Pensões do Banco de Portugal.

Estas contas apresentam saldos simétricos, em 31 de Dezembro de 2006, de 1.208.550.035 euros.

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta
Manuel Ramos de Sousa Sebastião
Helena Maria de Almeida Martins Adegas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de **SOCIEDADE GESTORA DO FUNDO DE PENSÕES DO BANCO DE PORTUGAL, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 2.235.069 Euros e um total de capital próprio de 2.010.904 Euros, incluindo um resultado líquido de 77.880 Euros), as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e por Funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em

juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

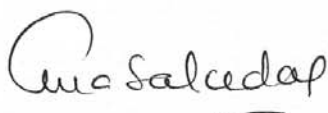
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **SOCIEDADE GESTORA DO FUNDO DE PENSÕES DO BANCO DE PORTUGAL, S.A.** em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 19 de Março de 2007

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Monte Pinto (ROC n.º 1230)

Fundo de Pensões do Banco de Portugal

Situação Patrimonial e Demonstração de Rendimentos e Despesas

Notas à Situação Patrimonial e Demonstração de Rendimentos e Despesas

Certificação das Contas

Avaliação Actuarial

Situação Patrimonial

Aplicações do Fundo	Nota	2006	2005
Terrenos e Edifícios	4	89.429.554	81.072.500
Títulos de Crédito	5	1.099.555.657	1.085.135.059
Numerário e depósitos bancários	6	9.977.986	102.502.675
Devedores e Credores Geral	7	(356.474)	(103.375.280)
Acréscimos e Diferimentos	8	9.943.312	16.191.709
		1.208.550.035	1.181.526.663
(Ver Notas Anexas)		(em Euros)	

Demonstração de Rendimentos e Despesas

Acréscimos ao Valor do Fundo	Nota	2006	2005
Contribuições	10	85.781.423	114.742.331
Rendimentos	11	31.644.477	57.701.929
Mais-Valias	12	82.774.434	212.959.168
Outras receitas		1.812.292	73.322
		202.012.626	385.476.750
		(em Euros)	

Valor do Fundo	Nota	2006	2005
Património inicial		4.987.979	4.987.979
Resultados e contribuições acumuladas			
Exercícios anteriores		1.176.538.684	1.007.229.209
Do exercício		27.023.372	169.309.475
	9	1.208.550.035	1.181.526.663
(Ver Notas Anexas)			(em Euros)

Decréscimos ao Valor do Fundo	Nota	2006	2005
Pensões vencidas	13	47.460.402	45.053.006
Comissões de mediação		-	-
Impostos		26.619	29.011
Menos-Valias	12	125.904.961	167.578.327
Outras despesas	14	1.597.272	3.506.931
		174.989.254	216.167.275
Resultados do exercício		27.023.372	169.309.475
			(em Euros)

Notas à Situação Patrimonial e Demonstração de Rendimentos e Despesas

1.

CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

O Fundo de Pensões do Banco de Portugal (Fundo) foi constituído pelo Banco de Portugal, na qualidade de Associado Fundador, por escritura pública celebrada em 15 de Setembro de 1988 no 9º Cartório Notarial de Lisboa. A Sociedade Gestora outorgou o contrato constitutivo enquanto entidade gestora, qualidade que adquiriu pela celebração prévia com o Banco de Portugal de um contrato de gestão do Fundo.

O Fundo de Pensões é constituído por um património autónomo e exclusivamente afecto ao cumprimento das responsabilidades, assumidas pelo Banco de Portugal, relativas ao pagamento de benefícios de reforma, invalidez e sobrevivência, bem como aos encargos com contribuições pós reforma para o serviço de assistência médico-social (SAMS). É um fundo fechado e afecto à realização de um plano de benefícios definidos, posicionando-se ao nível do primeiro pilar de protecção social.

2.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APRESENTADAS

As contas anexas foram preparadas de acordo com os registos contabilísticos existentes na Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A..

Estas contas sumarizam as transacções e o património líquido do Fundo. Não consideram as responsabilidades referentes a pensões ou outros benefícios a pagar no futuro. A posição actuarial do Fundo, contemplando tais responsabilidades, é expressa no relatório actuarial. A leitura destas demonstrações financeiras deve ser efectuada em conjunto com o referido relatório (ver Nota 15).

3. PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

a) Geral

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com as normas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

As contas foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos (modificada pela adopção do princípio do valor actual relativamente aos investimentos em terrenos, edifícios e títulos de crédito) e na base da continuidade das operações, em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais da consistência, prudência e especialização dos exercícios.

b) Terrenos e Edifícios

Os terrenos e edifícios são contabilizados inicialmente ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra, sendo esse valor posteriormente actualizado por avaliações efectuadas por entidades independentes, de acordo com o regime das avaliações previsto na Norma nº 16/99, de 29 de Dezembro, e no art.º 8º da Norma nº 26/2002, de 31 de Dezembro, do ISP.

As mais e menos-valias não realizadas, decorrentes da actualização do valor dos imóveis, são reflectidas na Demonstração de Rendimentos e Despesas, no exercício em que a avaliação é efectuada.

c) Títulos de Crédito

Os investimentos financeiros em carteira à data de 31 de Dezembro de 2006 encontram-se valorizados ao justo valor, em conformidade com a Norma n.º 26/2002, de 31 de Dezembro, do ISP. No cumprimento da referida Norma, para os títulos cotados cuja cotação se afaste de forma significativa do justo valor de realização, é utilizada, para efeitos de valorização, uma metodologia económica ajustada ao tipo de activo financeiro em causa.

A diferença entre o justo valor dos títulos e o respectivo custo de aquisição é registada nas rubricas Mais e Menos-Valias, consoante o caso, da Demonstração de Rendimentos e Despesas. A diferença entre o produto da venda dos títulos e o valor pelo qual se encontra contabilizado é, também, registada nas mesmas rubricas.

d) Contribuições

As contribuições para o Fundo, efectuadas pelo Banco de Portugal, são registadas, quando efectivamente recebidas, na rubrica Contribuições da Demonstração de Rendimentos e Despesas (ver Nota 10).

e) Rendimentos

Os rendimentos respeitantes a rendas de imóveis e rendimentos de títulos são contabilizados no período a que respeitam, excepto no caso de dividendos de acções, que apenas são reconhecidos quando recebidos.

f) Pensões

As pensões são pagas aos beneficiários através do Banco de Portugal, que é posteriormente ressarcido pelo Fundo numa base mensal, do valor global despendido (ver Nota 13).

g) Comissões

As comissões são contabilizadas na respectiva rubrica da Demonstração de Rendimentos e Despesas no período a que se referem, independentemente da data do seu pagamento.

As comissões ainda não liquidadas são registadas por contrapartida da rubrica de Acréscimos de Custos e as comissões pagas antecipadamente em relação ao período a que se referem são registadas na rubrica de Custos Diferidos (ver Nota 8 a)).

h) Produtos derivados

Os contratos de "*forward*" cambiais, realizados com a finalidade de cobertura do risco cambial associado à carteira de títulos, são reavaliados às taxas de câmbio correspondentes ao prazo remanescente, implícitas nas cotações cambiais *forward* divulgadas pelos sistemas de informação financeira internacionalmente reconhecidos, sendo utilizado o valor médio das ofertas de compra e venda divulgadas à data da reavaliação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas representam o proveito ou o custo das reavaliações, sendo registadas numa conta de acréscimos ou decréscimos ao valor do fundo, respectivamente, nomeadamente na rubrica de Menos ou Mais-Valias, por contrapartida da conta Acréscimos e Diferimentos.

i) Regime fiscal aplicável

Os Fundos de Pensões estão isentos de pagamento de IRC e de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), de acordo com o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

4. TERRENOS E EDIFÍCIOS

	Data da última Avaliação	2006		2005	
		Valor de aquis.	Ajustamentos	Valor Balanço	Valor Balanço
Av. da República	2005	8.055.047	10.444.953	18.500.000	18.500.000
Arquiparque	2006	12.230.787	(1.176.687)	11.054.100	9.804.200
Av. da Liberdade – Edifício Libersil	2006	10.045.180	4.354.820	14.400.000	11.900.000
Edifício Y	2006	4.537.154	-	4.537.154	-
Av. 5 de Outubro	2005	11.127.433	1.798.567	12.926.000	12.926.000
Av. de Berna – Espaço Berna	2005	12.796.688	1.123.312	13.920.000	13.850.000
Linda-a-Velha – Edifício Securitas	2004	14.355.004	(262.704)	14.092.300	14.092.300
		73.147.293	16.282.261	89.429.554	81.072.500

O valor de aquisição inclui o preço base, encargos legais e outras despesas. O valor dos ajustamentos corresponde às mais-valias potenciais apuradas no exercício de 2006, no valor de 3.749.899 euros, e de exercícios anteriores (mais-valia de 12.532.362 euros).

As avaliações devem ocorrer todos os três anos, ou antes de decorrido este prazo, quando se verificarem desajustamentos materialmente relevantes entre o valor líquido de balanço do imóvel e o seu valor de mercado.

Em 2006, procedeu-se à reavaliação dos imóveis Edifício Libersil e Arquiparque, tendo sido apuradas as seguintes mais-valias potenciais:

Edifício	Mais/(menos)-valia potencial
Edifício Libersil	2.500.000
Arquiparque	1.249.899
Total	3.749.899

5.

TÍTULOS DE CRÉDITO

	2006		2005	
	Valor de aquisição	Ajustamentos	Valor de Mercado	Valor de Mercado
TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL				
Acções	-	-	-	-
Títulos de Participação	-	-	-	-
Unidades de Participação em Fundos de Investimento	128.731.225	23.913.057	152.644.282	189.299.451
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO - OBRIGAÇÕES				
de Dívida Pública	983.388.323	(42.232.979)	941.155.344	868.853.112
de outros emis. supranacionais	-	-	-	21.227.669
de outros emissores	3.726.020	2.030.011	5.756.031	5.754.827
	1.115.845.568	(16.289.911)	1.099.555.657	1.085.135.059

O valor dos ajustamentos corresponde às mais ou menos-valias potenciais apuradas pela diferença entre o valor de mercado e o valor de aquisição histórico. No exercício de 2006, o valor líquido das mais e menos-valias potenciais registadas na Demonstração de Rendimentos e Despesas ascendeu a um valor de 43.130.527 euros (ver Nota 12 b)). O restante valor de 26.840.616 euros é relativo a exercícios anteriores.

6.

NUMERÁRIO E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2006	2005
Numerário	719	719
Depósitos à ordem no país	377.237	16.839.134
Depósitos à ordem no estrangeiro	100.030	44.149
Depósitos a prazo no país	9.500.000	85.618.673
	9.977.986	102.502.675

7.

DEVEDORES E CREDORES GERAIS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2006	2005
ACTIVOS CORRENTES		
Impostos (a)	104.618	811.919
Corretores e Intermediários Financeiros	17.529	-
IRC - Conta corrente (b)	-	50.995
Obrigacionistas em incumprimento (c)	-	138.728
Arrendatários (d)	325.899	333.294
Produtos Derivados (e)	-	-
Outros	693	410.668
	448.739	1.745.604
PASSIVOS CORRENTES		
Impostos	176.782	1.365.633
Corretores e Intermediários Financeiros	-	101.451.706
Credores – Edifícios (d)	315.939	345.377
Credores – Outros (f)	-	1.771.165
Contribuições e Pensões a Liquidar	-	-
Produtos Derivados (e)	198.581	86.617
Outros	113.912	100.386
	805.214	105.120.884
Valor líquido	(356.475)	(103.375.280)

a) Impostos - IVA

Esta rubrica englobava essencialmente o IVA suportado nas obras de reconversão do edifício Libersil, a reportar para períodos seguintes. Em 2006 a Administração Fiscal reembolsou o valor solicitado.

b) IRC – Conta corrente

A conta corrente com o Estado regista o valor líquido do IRC retido na compra e na venda de títulos.

c) Obrigacionistas em incumprimento

Estes valores são cobertos por provisões registadas na rubrica de Acréscimos e Diferimentos (ver Nota 8 b)).

d) Credores Edifícios - Arrendatários/Provisões para créditos de cobrança duvidosa

Esta rubrica engloba 301.644 euros de dívidas dos arrendatários do Edifício Libersil, consideradas de cobrança duvidosa e totalmente provisionadas.

e) Produtos Derivados

A política de utilização de derivados baseou-se exclusivamente na utilização de contratos de "forward" cambiais, para cobertura do risco cambial do investimento realizado em *Exchange Traded Funds* denominados em quatro divisas distintas: libras esterlinas, dólares norte-americanos, ienes japoneses e francos suíços, nos valores nominais de GBP 4.252.000, USD 37.708.690, JPY 293.973.000 e CHF 3.315.000, respectivamente.

8.**ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS**

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2006	2005
Juros a Receber		
de títulos de crédito	9.910.050	16.441.647
de depósitos a prazo	32.933	53.410
Rendas recebidas	-	(23.389)
Outros acréscimos e diferimentos		
Juros vencidos em incumprimento – b)	-	(138.728)
Acréscimos de custos – a)	-	-
Custos Diferidos – a)	-	(141.560)
Proveitos Diferidos - Imóveis	-	-
Outros	329	329
	9.943.312	16.191.709

a) Nota 3 g)

b) Nota 7 c)

9. VALOR DO FUNDO

As variações no valor do Fundo apresentam-se como segue:

VALOR DO FUNDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		1.181.526.663
Resultado do exercício		
Acréscimos por contribuições (Nota 10)		
Correntes	20.156.675	
Extraordinárias	65.624.748	
	85.781.423	
Decréscimos por pensões vencidas (Nota 13)	(47.337.893)	
Resultado financeiro	(11.420.158)	27.023.372
VALOR DO FUNDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		1.208.550.035

10. CONTRIBUIÇÕES

As contribuições para o Fundo, efectuadas pelo Banco de Portugal, desdobram-se da seguinte forma:

	2006	2005
Contribuições correntes	20.156.675	19.838.693
Contribuições extraordinárias	65.624.748	94.903.638
	85.781.423	114.742.331

As contribuições correntes, para além da componente relativa ao Associado, incluem também as contribuições efectuadas pelos colaboradores do Banco de Portugal, nas condições definidas pelos respectivos planos. As contribuições extraordinárias, em 2006, no valor de 65.624.748 euros, resultaram da necessidade de assegurar a cobertura das responsabilidades, conforme o exigido pelo Aviso nº 12/2001, de 23 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 4/2005, de 21 de Fevereiro.

11.

RENDIMENTOS

Esta rubrica representa os rendimentos obtidos, com a seguinte natureza:

	2006	2005
Terrenos e edifícios	5.980.935	5.539.011
Títulos de crédito		
Acções	219	719
Títulos de participação	-	12
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário e Mobiliário	3.328.926	5.690.725
Obrigações		
de Dívida Pública	21.124.667	45.362.511
de outros emissores públicos	483.627	706.207
de outros emissores	415.269	82.208
	25.352.708	51.842.381
Depósitos à ordem	53.641	24.876
Depósitos a prazo	257.193	295.661
	310.834	320.537
	31.644.477	57.701.929

12.

MAIS E MENOS-VALIAS

As mais e menos-valias registadas no exercício desdobram-se como segue:

	2006	2005
MAIS E MENOS-VALIAS POTENCIAIS		
Terrenos e edifícios		
Mais-valias	3.819.900	1.183.000
Menos-valias	-	-
a)	3.819.900	1.183.000
Títulos de crédito		
Mais-valias	26.227.991	123.259.033
Menos-valias	(65.850.486)	(98.416.254)
b)	(39.622.495)	24.842.779
MAIS E MENOS-VALIAS REALIZADAS		
Terrenos e edifícios		
Mais-valias	-	187.000
Menos-valias	-	-
	-	187.000
Títulos de crédito		
Mais-valias	14.244.196	24.890.982
Menos-valias	(24.346.013)	(820.382)
	(10.101.817)	24.070.600
Derivados		
Mais-valias	37.984.060	63.437.695
Menos-valias	(35.092.297)	(68.338.577)
	2.891.763	(4.900.882)
Outros		
Mais-valias	498.287	1.458
Menos-valias	(616.165)	(3.115)
	215.019	(1.657)
Total das Mais-Valias	82.774.434	212.959.168
Total das Menos-Valias	125.904.961	167.578.327
Valor Líquido	(43.130.527)	45.380.841
a) Nota 4		
b) Nota 5		

13.

PENSÕES E CAPITAIS VENCIDOS

São beneficiários das pensões os indivíduos que passaram à situação de reforma por limite de idade, por invalidez ou por antecipação de reforma e os que auferem pensões de sobrevivência.

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2006	2005
Pensões de reforma p/ limite de idade	3.952.561	3.715.281
Pensões de reforma p/ invalidez	2.470.596	2.435.882
Pensões por antecipação de reforma	30.804.678	29.674.983
Pensões de sobrevivência	5.577.780	5.242.551
Capitais vencidos	1.335.026	1.004.974
Encargos inerentes ao pagamento de pensões	2.824.575	2.701.476
Subsídio de morte	372.676	215.971
Sub-Total	47.337.892	44.991.118
Reembolsos	38.562	15.060
Transferência de direitos	83.948	46.828
Total	47.460.402	45.053.006

14.

OUTRAS DESPESAS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2006	2005
Finanças - a)	447.905	527.581
Edifícios - b)	725.231	2.960.244
Despesas extraordinárias	415.261	1.760
Outras despesas	8.876	17.345
	1.597.273	3.506.930

a) Despesas Financeiras

Esta rubrica engloba as despesas suportadas pelo Fundo de Pensões, relativas ao serviço de custódia global dos activos financeiros.

b) Despesas com edifícios

Esta rubrica engloba os custos normais com a gestão e manutenção dos imóveis.

15.

INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO ACTUARIAL

A Sociedade Gestora publica, como parte integrante do seu relatório de prestação de contas, os resultados actuariais do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, reportados a 31 de Dezembro de 2006.

16.

RESPONSABILIDADES FISCAIS

O Banco de Portugal assume as responsabilidades fiscais, ao abrigo do contrato de representação celebrado com a Sociedade Gestora, em 6 de Abril de 2004, onde se estabelece que compete ao primeiro:

- a) pagar por conta e ordem da Sociedade Gestora as pensões de reforma e de sobrevivência aos respectivos beneficiários;
- b) reter na fonte as contribuições e impostos devidos para posterior entrega às entidades competentes, bem como cumprir com as obrigações declarativas correspondentes;
- c) liquidar por encontro de contas com as quantias pagas, ao abrigo da alínea a), as contribuições devidas ao Fundo de Pensões respeitantes aos seus trabalhadores.

O Banco de Portugal tem executado e continuará a executar o referido contrato, enquanto o mesmo se mantiver em vigor, e no âmbito desse contrato assumirá todas as responsabilidades inerentes.

17.

PASSIVOS CONTINGENTES**a) Edifício Libersil**

Mantêm-se em contencioso judicial quatro acções declarativas de condenação interpostas por quatro ex-lojistas contra a Sociedade Gestora, para as quais os advogados são da opinião que é pouco provável a condenação desta Sociedade.

b) Edifício Armazéns de Alverca

Trata-se de uma acção judicial na qual uma terceira entidade reclama o montante de 1.771.165 euros, alegando que na escritura de compra e venda dos imóveis, celebrada em 1 de

Agosto de 1998, o Fundo de Pensões assumiu para consigo a obrigação de pagamento desta quantia.

Estes imóveis foram revendidos ao anterior proprietário em 31 de Julho de 2001 por, após a respectiva compra, terem sido detectados problemas estruturais, geotécnicos e de construção, que estiveram na origem de encargos adicionais suportados pelo Fundo de Pensões, no valor de 2.507.646 euros e a cujo ressarcimento a Sociedade Gestora entende ter direito.

Em 2004, a Sociedade Gestora do Fundo de Pensões prestou em Tribunal uma garantia bancária pelo valor reclamado pela entidade envolvida na venda do imóvel, como caução dessa alegada responsabilidade, com o intuito de suspender o andamento da execução.

Por não ter sido possível prever quais seriam as atribuições finais de responsabilidade que o Tribunal poderia vir a fazer, foi constituída uma provisão, durante o exercício de 2005, no valor de 1.771.165 euros.

A referida provisão foi anulada, no final de 2006, após o Tribunal da Relação de Lisboa ter indeferido o pedido de indemnização apresentado pelo reclamante.

Em 12 de Janeiro de 2007, na sequência de um acórdão do Supremo Tribunal de Lisboa, que confirmou a anterior decisão, o processo terminou por já não ser possível recorrer da decisão proferida. Deste modo, na sequência do referido, estão em curso os trâmites legais aplicáveis de devolução e anulação da citada garantia bancária.

c) Avenida 5 de Outubro - Edifício Pinta

O proprietário do edifício conexo ao Edifício Pinta interpôs uma acção contra o Fundo, no valor de 433.491 euros, como indemnização pelos danos causados no prédio de que é proprietário, aquando da construção do referido Edifício.

Em 2006, o reclamante desistiu do pedido indemnizatório, por sua iniciativa, não tendo o Fundo de Pensões incorrido em qualquer encargo.

d) Subscrição futura de unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário "Office Park Expo"

O Fundo de Pensões subscreveu unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário "Office Park Expo", no valor total de 26.974.860 euros.

Nos termos previstos pelo Acordo de Parceria, o investimento total pode ascender até ao montante de 50.000.000 euros.



CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Pensões do Banco de Portugal** (Fundo), as quais compreendem a Situação Patrimonial em 31 de Dezembro de 2006, que evidencia um total de aplicações de € 1.208.550.035 e um valor do fundo no mesmo montante, incluindo um resultado do exercício de €27.023.372, a Demonstração de rendimentos e despesas do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em

juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

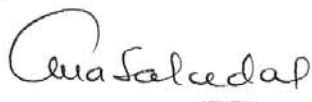
OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **Fundo de Pensões do Banco de Portugal** em 31 de Dezembro de 2006 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector dos Fundos de Pensões.

Lisboa 19 de Março de 2007

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)

Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto Roc nº (1230)

Avaliação Actuarial

Resultados Actuarias do Fundo de Pensões do Banco de Portugal Reportados a 31-12-2006

- 1 Introdução
- 2 Dados Populacionais
- 3 Pressupostos Actuarias e Financeiros
- 4 Resultados Actuarias e Valores de Financiamento mínimos regulamentares

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2007

A Actuária,
Rita Ornelas Marques

1. INTRODUÇÃO

O objectivo de financiamento do Fundo de Pensões, de cobertura integral das responsabilidades com pensões em pagamento e de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de trabalhadores no activo, foi cumprido em 100,8%.

Entre 31/12/2005 e 31/12/2006 o passivo do Fundo aumentou 18,8 milhões de euros considerando os pressupostos actuariais e financeiros definidos no ponto 3.

Os valores apresentados no ponto 4. demonstram o cumprimento dos mínimos regulamentares estabelecidos no Aviso do Banco de Portugal 4/2005 (111,8%) e no Mínimo de Solvência definido pelo Instituto de Seguros de Portugal (125,3%)¹.

Para apuramento do valor das Responsabilidades utilizou-se o *Projected Unit Credit Cost Method*.

2. DADOS POPULACIONAIS

Total de indivíduos abrangidos pelo Fundo de Pensões	3929
Reformados	1734
Pensionistas	486
Activos	1709

(1) A verificação dos níveis mínimos de financiamento é feita com reporte ao final do exercício.

3. PRESSUPOSTOS ACTUARIAIS E FINANCEIROS

3.1. Para a Avaliação Actuarial

Identificação	Pressuposto utilizado
Pressupostos que decorrem do Plano	
Momento de atribuição de pensão de reforma Velhice/Antecipada Plano III Outros Planos e Regimes	1ª ocorrência (a) 65 anos
Número de mensalidades de pensão	14
Número de mensalidades de salário	14
Pressupostos Técnico-actuariais	
Tabela de Mortalidade	TV 88/90 (b)
Tabela de Invalidez	1978 - S.O.A. Trans. Male (US)
Tabela de Turnover Plano III Outros Planos e Regimes	----- T-1 Crocker Sarason (US)
Taxa de crescimento dos Salários Plano III Outros Planos e Regimes	2,228% 3,228%
Taxa de actualização das Pensões	2,228%
Taxa de actualização das Tabelas Remunerativas	2,228%
Taxa de crescimento do Salário Mínimo Nacional	2,228%
Taxa de revisão salarial 2004/2005 Plano III Outros Planos e Regimes	2,500% 2,500%
Taxa de desconto	4,517%
Taxa de desconto - portabilidade (c)	4,500%
Salário Mínimo Nacional no ano seguinte	403,00 €
Percentagem de casados Plano III Outros Planos e Regimes	situação real 80%
Diferença de idades entre os participantes e os cônjuges Plano III Outros Planos e Regimes	situação real 3 (sendo os indivíduos do sexo masculino os mais velhos)

- (a) Considerar 1ª oportunidade de entre a data em que atinja:
65 anos de idade; 35 anos de Serviço ou 95 pontos - para participantes do Plano III empregados do Banco de Portugal;
Data fim de mandato (estimada) - para participantes do Plano III que não são empregados do Banco de Portugal.
- (b) No cálculo das transferências - situações decorrentes de demissões/admissões já ocorridas - manteve-se a tabela de mortalidade TV 73/77, por se considerar ser esta a tabela inerente ao cálculo do mínimo de solvência nas datas expectáveis da sua concretização.
- (c) Taxa de desconto no período pós-demissão do Banco de Portugal, para efeito de apuramento das responsabilidades com a portabilidade de direitos inerentes a demissões/admissões potenciais e já ocorridas (transferências). Taxa de desconto utilizada para efeito de cálculo do valor mínimo de solvência.

Os pressupostos utilizados na avaliação actuarial estão de acordo com os princípios estabelecidos na IAS 19.

3.2. Para Determinação do Mínimo de Solvência ISP

Identificação	Pressuposto utilizado
Pressupostos que decorrem do Plano	
Momento de atribuição de pensão de reforma Velhice/Antecipada Plano III Outros Planos e Regimes	1ª ocorrência ^(a) 65 anos
Número de mensalidades de pensão	14
Número de mensalidades de salário	14
Pressupostos Técnico-actuarias	
Tabela de Mortalidade	TV 73/77
Tabela de Invalidez	1978 - S.O.A. Trans. Male (US)
Taxa de crescimento dos Salários Plano III Outros Planos e Regimes	0,000% 0,000%
Taxa de actualização das Pensões	2,228%
Taxa de actualização das Tabelas Remunerativas	0,000%
Taxa de crescimento do Salário Mínimo Nacional	0,000%
Taxa de revisão salarial 2004/2005 Plano III Outros Planos e Regimes	0,000% 0,000%
Taxa de desconto	4,500%
Taxa de desconto - portabilidade ^(b)	4,500%
Salário Mínimo Nacional no ano seguinte	403,00 €
Percentagem de casados Plano III Outros Planos e Regimes	situação real 80%
Diferença de idades entre os participantes e os cônjuges Plano III Outros Planos e Regimes	situação real 3 (sendo os indivíduos do sexo masculino os mais velhos)

- (a) Considerar 1ª oportunidade de entre a data em que atinja:
65 anos de idade; 35 anos de Serviço ou 95 pontos - para participantes do Plano III empregados do Banco de Portugal;
Data fim de mandato (estimada) - para participantes do Plano III que não são empregados do Banco de Portugal.
- (b) Taxa de desconto no período pós-demissão do Banco de Portugal, para efeito de apuramento das responsabilidades com a portabilidade de direitos inerentes a demissões/admissões já ocorridas (transferências). Taxa de desconto utilizada para efeito de cálculo do valor mínimo de solvência.

4.

RESULTADOS ACTUARIAIS E VALORES DE FINANCIAMENTO MÍNIMOS REGULAMENTARES

Responsabilidades por Serviços Passados	1.226.238.773
Reformados e Pensionistas	691.158.181
Activos	535.080.592
Objectivo de Financiamento	1.199.484.744
RSP Mínima obrigatória - Aviso 4/2005	1.081.453.102
Valor do Fundo de Pensões 31/12/2006	1.208.550.035
NÍVEL DE FINANCIAMENTO	
Global	98,6%
Objectivo de Financiamento	100,8%
Mínimo do Aviso 4/2005	111,8%
Mínimo de Solvência (ISP)	964.546.285
Nível de Financiamento do Mínimo de Solvência	125,3%

Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S. A., pessoa colectiva n.º 502029676, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 69134, com sede na Rua do Comércio n.º 148 em Lisboa e com o Capital Social de 1.000.000 de euros.

Capa: “Movimento”, óleo s/ tela de Ricardo Bensaúde, da colecção do Banco de Portugal.

Impressão e acabamento: Ligrate, Lda.

Junho de 2007